CNI
COMPI

Informe de Infraestrutura

Conselho Temático de Infraestrutura - COINFRA

Ano 6 - nº 9 – outubro 2009

O setor elétrico e as mudanças climáticas

Em um documento de posicionamento, a Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE) apresentou as visões do setor quanto às principais questões que envolvem as discussões sobre as mudanças climáticas. O objetivo do documento é subsidiar o governo brasileiro nas reuniões para discutir a questão das mudanças climáticas que ocorrerão durante a COP 15, que acontecerá no mês de dezembro de 2009, em Copenhague/Dinamarca.

O setor de energia é de suma importância no contexto das mudanças climáticas, uma vez que produção e uso de eletricidade e calor foram responsáveis por 31,2% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) totais do planeta no ano 2000. No Brasil, a geração de energia elétrica é responsável por 1,4% das emissões de GEE. Este índice reflete o alto grau de fontes renováveis na nossa matriz elétrica e energética. Para os agentes do setor elétrico brasileiro, o país deve atuar na busca de um acordo equilibrado em Copenhague.

Considerando as características da matriz elétrica brasileira, a ABCE propõe que o país tenha um Crédito Ambiental Histórico, em contraste às responsabilidades históricas dos países desenvolvidos relativas às grandes emissões passadas. Neste sentido, foi proposta a criação de um Selo de Energia Limpa, reconhecido internacionalmente, que especifique o conteúdo energético de fontes renováveis dos produtos brasileiros.

Segundo a associação, há também a necessidade de mecanismos diferenciados para os países desenvolvidos, que terão metas obrigatórias, e os países em desenvolvimento, que deverão assumir compromissos voluntários quantificáveis. Para isso, seriam utilizados mecanismos como as Ações de Mitigação Adequadas ao País (NAMAs, sigla em inglês), que seriam ações realizadas pelos países em desenvolvimento e reconhecidas como integrantes dos esforços globais de combate à mudança climática e que resultariam, em contrapartida, em oportunidades de financiamento e transferência de tecnologia pelos países desenvolvidos.

Um ponto de destaque apresentado no documento da ABCE são os mecanismos de Redução de Emissões por Desflorestamento e Degradação Florestal (REDD, sigla em inglês). De acordo com os agentes do setor elétrico, dois aspectos deste mecanismo devem ser observados. O primeiro é a proposta de introdução de incentivo às boas práticas como um novo valor no combate ao aquecimento global. Dessa forma, os projetos de reflorestamento efetuados pelo setor elétrico seriam considerados como ações válidas para créditos nos mecanismos financeiros. O outro aspecto a ser considerado são compromissos como o desmatamento zero na Amazônia, isto porque o maior potencial hídrico do país encontra-se nesta região, e compromissos deste tipo podem comprometer novos projetos hidrelétricos no País. Segundo a ABCE, deve-se levar em consideração a possibilidade de supressão de vegetação, sempre acompanhada de reposição florestal.

O setor elétrico apresenta ainda algumas outras ações a serem implantadas com referência às mudanças climáticas, tais como a construção de inventário de emissões confiável; a ampliação dos programas de conservação e uso eficiente da energia, e o fomento à pesquisa científica e à educação pelos órgãos públicos. Ademais, ressalta-se a necessidade do desenvolvimento de estudos sobre as emissões antrópicas de GEE a partir dos reservatórios de hidrelétricas (avaliação das emissões brutas e líquidas de gases de efeito estufa de tais reservatórios), visando à redução das incertezas que envolvem o assunto e esclarecendo sobre as devidas causas dessas emissões.

Fonte: "Position Paper": o setor elétrico e as mudanças climáticas – Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica, 2009.

Infraestrutura Energética

Energia Elétrica

Aneel quer inflação fora da tarifa de energia

O diretor-geral da Aneel, Nelson Hubner, disse que os repasses anuais da inflação podem ser parcialmente eliminados dos contratos de energia negociados no setor elétrico. Hoje, a Aneel autoriza reajustes anuais para repor a inflação. O objetivo da medida é quebrar um dos elos da indexação da economia. Segundo Hubner, os atuais ganhos de eficiência são engolidos pela inflação sobre as tarifas administradas. A eliminação da cláusula de repasse automático da inflação para a tarifa de energia, entretanto, não será aplicada a todos os contratos. A mudança também não será imediata. O governo acha mais viável eliminar o repasse automático da inflação a partir da chamada energia velha, produzida nas usinas já amortizadas. Por isso, o governo estuda impor a nova regra como condição para a renovação das concessões que começam a vencer no início da próxima década. (24.09.2009 – Folha de S. Paulo)

Concessões: alteração na lei será necessária tanto para licitação quanto para prorrogação, diz MME

Uma alteração na lei será necessária tanto se o governo decidir prorrogar as concessões quanto licitar, segundo informações do secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann. Ele porém afirmou que não há pressa para resolver o impasse das concessões. "O prazo não é problema. Estamos há seis anos de 2015, que é quando vencem as primeiras concessões", afirmou Zimmermann. Para ele, o mais importante é que o governo já decidiu que em qualquer um dos casos, licitação ou prorrogação, o mais importante é a modicidade tarifária. De acordo com ele, o que precisa ser aprovado com mais urgência é o relatório no qual se faz um levantamento das concessões que irão vencer tanto no segmento de geração, quanto no de distribuição e transmissão. Além disso, o relatório traz os prós e contras das duas alternativas. "Esse relatório está pronto e deverá ser entregue ao CNPE na reunião do final do ano", comentou. Ele disse ainda que o governo não possui uma opinião fechada sobre qual seria a melhor alternativa. "Precisamos ouvir o presidente e o ministro de Minas e Energia, para então decidir se o governo prefere licitar ou prorrogar as concessões", disse. (05.10.2009 – CanalEnergia)

MP 466 é aprovada pelo plenário da Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados aprovou, no dia 6 de outubro, a MP 466, que institui as regras de transição do Sistema Isolado para o Sistema Interligado Nacional. O deputado João Carlos Bacelar (PR-BA), relator da MP, apresentou em seu parecer alterações ao texto original da MP, entre as quais a inclusão das despesas com o transporte do combustível até a unidade de geração e com o pagamento da reserva de capacidade. Essa reserva é um adicional previsto no contrato com o fornecedor de óleo ou gás para garantir o acesso a quantidades maiores que as contratadas se houver um aumento súbito de demanda por energia. A MP pretende ainda ressarcir os estados, durante a transição, das perdas com a redução da arrecadação de ICMS devido à desativação das térmicas e a interligação do sistema. Outra modificação feita pelo relator foi em relação à energia gerada pelas usinas nucleares de Angra 1 e Angra 2, o texto determina que, a partir de 1º de janeiro de 2013, ela será rateada entre todas as distribuidoras atuantes no SIN. O deputado José Anibal (PSDB-SP) condenou a MP 466, afirmando que a medida vai elevar o custo da CCC em R$ 2,5 bilhões. Segundo ele, a conta vai representar de 1,5% a 2% da conta de energia dos consumidores. (06.10.2009 – CanalEnergia)

Leilão A-5 é marcado para o dia 17 de dezembro

Está marcado para o dia 17 de dezembro o leilão de Energia Nova A-5, que contratará energia elétrica para o mercado de 2014 no Brasil. A portaria foi divulgada dia 21 de setembro. De acordo com a portaria, os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) firmados no leilão terão prazo de duração de 30 anos para a energia proveniente de PCHs e UHEs, e de 15 anos para a energia proveniente de outras fontes de geração, como a bioeletricidade. (27.09.2009 – Unica)

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

Sabesp terá hidrelétricas na rede de água

A Sabesp representa quase 2% do consumo de energia elétrica do Estado de São Paulo. Desse total, 90% é usado para bombear água e esgoto. A ideia de aproveitar as quedas d´água da rede e gerar energia é antiga, mas só agora está sendo implementada: a Sabesp publicou seu primeiro edital para a construção de PCHs ao longo da sua rede de abastecimento. Tratam-se de unidades localizadas em duas das maiores estações de tratamento de água da estatal, na Serra da Cantareira, ao norte da capital, as estações de Guaraú e de Atibainha. Pelo edital, as empresas vencedoras devem construir as usinas, e ganham a concessão para explorar as PCHs por 18 anos, vendendo energia no mercado livre. Para isso, devem dar parte da energia gerada para a Sabesp, no mínimo de 20%. Pelo critério usado na concessão, ganha a licitação quem oferecer a maior fatia de energia para a estatal. Os dois pontos escolhidos geram uma energia total de 7 MW. O gasto necessário para instalar as duas PCHs é de R$ 21 milhões, as obras podem ficar prontas em menos de um ano e meio e juntas vão gerar uma receita estimada em R$ 8 milhões, dos quais pelo menos R$ 1,6 milhão vai ficar com a Sabesp. (29.09.2009 – Valor Econômico)

Usinas tentam adiar prazo de pagamento

Dez UHEs licitadas entre 2000 e 2002, com capacidade total para gerar cerca de 2,2 mil MW, não saíram até hoje do papel por falta de licenciamento ambiental. Mesmo assim, a soma do que as empresas que venceram os leilões terão que pagar pelo uso do bem público é de aproximadamente R$ 170 milhões/ano, a partir de 2012. Sem perspectiva de ver o empreendimento construído até 2012, os autoprodutores de energia estão tentando alterar a legislação para prorrogar o prazo de pagamento, que já foi prorrogado uma vez. Diferentemente de como é feito hoje, essas usinas eram leiloadas mesmo sem terem licença ambiental prévia, vencia o leilão quem oferecesse o maior valor de outorga. (29.09.2009 – Valor Econômico)

Jirau corre novo risco de paralisação

Os problemas decorrentes da alteração do eixo de construção da usina hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira, parecem não ter acabado, mesmo depois de quatro meses da emissão da licença de instalação pelo IBAMA. Os sócios na concessionária Energia Sustentável do Brasil terão agora de enfrentar a Assembleia Legislativa de Rondônia, que pede a suspensão das obras ao governador Ivo Cassol. Além de terem pedido a suspensão das obras, os deputados estaduais abriram uma CPI para apurar problemas na usina. Eles alegam existir diversas irregularidades no projeto, entre elas o fato de que a obra da usina começou sem uma lei estadual que lhe desse permissão para alterar o patrimônio histórico, ferindo assim a constituição estadual. A usina vai inundar parte da estrada de ferro Madeira-Mamoré, segundo os deputados. O deputado Jidalias da Silva (PP-RO), que está à frente desse processo, diz que quando a Assembleia aprovou a lei para a construção das duas usinas, de Jirau e Santo Antônio, o fez com base no projeto original. No entanto, ao se mudar o eixo, mudou a região a ser alagada. E uma das áreas que será afetada é uma reserva estadual, a do Rio Vermelho. Segundo o deputado, por atingir esse parque, o governo do estado passou a ter poder sobre a questão do licenciamento da usina. (07.10.2009 – Valor Econômico)

Governo espera licença de Belo Monte para outubro

O secretário-executivo do MME, Márcio Zimmermann, afirmou que o governo trabalha com a expectativa de que o IBAMA libere no mês de outubro a LP para a UHE Belo Monte, o que permitiria a realização do leilão ainda este ano. A ANA já disponibilizou a licença de uso dos recursos hídricos para o projeto. Com a provável obtenção da LP, restariam a aprovação do projeto pelo TCU e a publicação do edital do leilão para que a licitação seja realizada. Recentemente, o presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, afirmou que o edital será divulgado assim que o governo federal tiver a garantia de que o IBAMA concederá a LP ao empreendimento. A expectativa do MME é realizar a licitação da usina ainda em novembro deste ano. (05.10.2009 – Agência Estado)

MME alerta sobre problemas que a IN nº 7 do IBAMA pode causar para o setor elétrico

O secretário-executivo do MME, Márcio Zimmermann, afirmou que o ministério já alertou o MMA sobre os problemas que a Instrução Normativa n° 7 do IBAMA, podem trazer para o setor elétrico brasileiro. Segundo ele, foi realizado um levantamento sobre as

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

barreiras criadas pela norma e encaminhado um documento para o MMA. O secretário afirma que mesmo com a entrada das termelétricas, principalmente a óleo combustível, contratadas nos leilões do ano passado, o percentual de emissões do setor elétrico não deverá aumentar. Zimmermann afirmou que no futuro a carga do Brasil deve crescer na mesma proporção que a participação das termelétricas. Dessa forma, o percentual de emissões pelas quais o setor termelétrico é responsável deve permanecer o mesmo. E essa proporção também não aumenta porque a expectativa é que essas térmicas gerem apenas 7% ou 8% do tempo de contratação, que é de 15 anos", ressaltou. (05.10.2009 – CanalEnergia)

Usinas nucleares deverão custar US$ 3 bilhões cada, avalia Eletronuclear

As usinas nucleares que estão previstas para serem construídas, duas no Nordeste e duas no Sudeste, deverão custar cerca de US$ 3 bilhões cada uma, segundo cálculos do presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva. De acordo com ele, as usinas terão entre 1 mil MW e 1,2 mil MW e deverão custar cerca de US$ 3 mil/kW instalado. A localização para a construção dessas usinas ainda não foi escolhida, mas já estão sendo realizados estudos nos estados da BA, PE, AL e SE. No Sudeste, a escolha dos sítios começará em 2010. (02.10.2009 – CanalEnergia)

Eletronuclear assina acordo para Angra 3

A Eletronuclear e a Andrade Gutierrez assinaram a primeira ordem de execução de serviços do contrato de construção civil da usina nuclear de Angra 3. O valor total do contrato de construção civil da usina, firmado entre a estatal, uma subsidiária da Eletrobrás, e a empreiteira, é de R$ 1,2 bilhão. O montante representa uma redução de cerca de 20% em relação à primeira proposta apresentada em 2008 pela Andrade Gutierrez, de R$ 1,6 bilhão, disse o presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva. A previsão é de que a usina, com 1,4 mil MW de capacidade de geração de energia elétrica, torne-se operacional em cinco anos. O presidente da Eletronuclear afirmou que o valor corrigido necessário para concluir Angra 3 é de R$ 8,1 bilhões, dos quais quase R$ 6 bilhões correspondem à parte nacional, financiada pelo BNDES e pela Eletrobrás. (02.10.2009 – Valor Econômico)

Usina de incineração de lixo vira alternativa para gerar energia em SP

O governo de SP prepara a instalação de uma usina de incineração de lixo para geração de energia elétrica na Baixada Santista. Trata-se de uma alternativa para aterros sanitários que são caros e não respondem às necessidades das regiões metropolitanas. Segundo a Secretaria de Estado de Saneamento e Energia, foi fechado um convênio com o governo da Bavária, na Alemanha, que inclui troca de informações sobre tecnologia de segurança para a emissão de gases gerados na queima do lixo. A nova usina deve ser de grande porte, com capacidade para queimar de 400 a 600 t/dia de lixo e produzir vapor para geração de energia elétrica. (21.09.2009 – O Estado de S. Paulo)

ABEEólica apresenta proposta de regime de desoneração para setor eólico

A ABEEólica apresentou uma proposta de desoneração da cadeia produtiva para o segmento. Como parte do plano Eólica 10-10, para implantação de 10 mil MW em 10 anos, eles sugerem a criação de um regime de incentivo à geração eólica, o Renovento. Em linhas gerais, o plano prevê a redução ou isenção de tributos como PIS/COFINS, IPI, ISS e ICMS. Segundo o presidente da ABEEólica, Lauro Fiuza, a desoneração deveria atender os agentes que prestam serviços e fazem a montagem dos empreendimentos, ativos de conexão das usinas (transmissão e distribuição), os próprios geradores, e os fornecedores de equipamentos. Para o executivo, o Renovento pode ser a saída para reduzir a tarifa de energia, ainda considerada elevada, retirando a competitividade da fonte. (30.09.2009 – CanalEnergia)

MME divulga sistemática do leilão de eólicas

O MME publicou, dia 1º de outubro, portaria com a sistemática do leilão de eólicas, na modalidade reserva, previsto para o dia 25 de novembro. O certame será feito em duas rodadas. A energia comercializada no leilão terá contrato de 20 anos válidos a partir de 1º de julho de 2012. Serão realizadas rodadas uniformes, período em que haverá submissão

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

de lance dos empreendimentos habilitados para produto em negociação com quantidades associadas ao preço de lance. Após essa etapa, ocorre a rodada discriminatória, quando haverá submissão de um único lance com preços associados à quantidade de lotes classificados. A perspectiva da EPE é que a lista de habilitados seja divulgada em meados de outubro e o edital até o fim do mesmo mês. Estão inscritos para o leilão 441 empreendimentos, que totalizam mais de 13 mil MW de potência instalada. (01.10.2009 – CanalEnergia)

Biocombustíveis

Alcoolduto irá baratear em até 25% preço final do produto

Um projeto de alcoolduto privado, previsto para entrar em operação em 2012, vai representar uma mudança drástica na forma de transporte do produto no país. O projeto é do grupo Uniduto Logística, que representa 88 usinas de etanol de São Paulo, responsáveis por um terço da produção nacional. A estrutura terá 570 km, ligando as principais regiões produtoras de SP com a capital e o litoral, de onde seguirá o álcool para a exportação. O investimento é de US$ 1 bilhão e vai possibilitar o transporte de 17 bilhões de l/ano de álcool. Segundo presidente da Uniduto, Sergio Van Klaveren, a economia inicial no preço do produto será de 25%. (23.09.2009 – Jornal do Commercio)

Governo delimita área para conter expansão de cana

O governo encaminhou ao Congresso projeto de lei que restringe a plantação de cana, a construção de usinas de açúcar e a expansão do plantio em qualquer área da Amazônia, do Pantanal matogrossensse, da Bacia do Alto Paraguai ou em vegetação nativa de outros biomas. Essas áreas, somadas àquelas onde o plantio já não é permitido, como as unidades de conservação e terras indígenas, fazem com que fique proibido o plantio da cana em 92,5% do território brasileiro. O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse que, mesmo com as proibições, ainda restarão 64 milhões de ha disponíveis para a plantação de cana no Brasil. Segundo ele, estima-se que, de oito a dez anos, os produtores ampliarão a plantação de cana em 6 milhões de ha, o que é suficiente para duplicar a produção. Hoje os canaviais ocupam cerca de 9 milhões de ha, ou aproximadamente 1% do território brasileiro. (17.09.2009 – Reuters)

Petróleo & Gás

Petrobras: mais óleo em Santos

A Petrobras informou à ANP que encontrou mais indícios de petróleo no bloco BM-S-7, em águas rasas da Bacia de Santos. O óleo foi encontrado a 200 m da lâmina d'água. A viabilidade comercial do bloco foi declarada em abril deste ano. O BM-S-7 foi adquirido na segunda rodada de licitações da ANP, em 2000, por consórcio formado pela Petrobras, como operadora, com 67%, e pela Repsol, com 37%. As reservas estimadas para a jazida em janeiro eram de 550 milhões bep. (18.09.2009 – O Globo)

O ano de 2009 será o primeiro sem leilão de áreas de exploração

O ano de 2009 deve ser o primeiro, desde a abertura do setor do petróleo, sem leilões de áreas exploratórias no País. Embora a ANP afirme ter estudos adiantados para oferta de blocos, já não há mais prazo legal para a licitação. O diretor-geral da ANP, Haroldo Lima, afirmou que a ANP planejava oferecer áreas que constavam na lista da 8ª Rodada de Licitações, suspensa em 2006 por liminar judicial. A proposta tinha como objetivo ganhar tempo com os procedimentos ambientais, uma vez que esses blocos já têm licença. (30.09.2009 – O Estado de S. Paulo)

Petrobras cede sondas à ANP e renova concessões

A Petrobras vai ceder, a partir de novembro, duas sondas que estão hoje no pré-sal para que a ANP inicie os estudos em áreas ainda da União, localizadas na Bacia de Santos. Com isso, a empresa convenceu a agência a prorrogar os prazos para a exploração de três blocos no pré-sal que iriam vencer entre 2009 e 2012. Uma das sondas que atenderão a ANP (uma plataforma) está, segundo boletim da agência, em Tupi. A outra (um navio) não consta do boletim mas, em junho, havia sido deslocada para perfurar o bloco BM-S-9,

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

conhecido como Carioca. (29.09.2009 – Folha de S. São Paulo)

Lobão prevê leilão do pré-sal em 2010

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, disse que o primeiro leilão de áreas de exploração de petróleo e gás no pré-sal com o sistema de partilha deverá acontecer no primeiro semestre do ano que vem. Esta projeção, no entanto, depende da aprovação dos projetos de lei enviados pelo governo modificando o marco legal do setor. (24.09.2009 – Folha de S. Paulo)

Bônus servirão para antecipar recursos, diz Lobão

O governo espera usar os bônus de assinatura que serão cobrados nas licitações para campos na camada pré-sal, caso o projeto do governo seja aprovado, para antecipar recursos da exploração nas áreas em questão. O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, disse que a cobrança dos bônus não afastará investidores dos leilões que forem autorizados pelo governo. "Quando estabelecemos o bônus de assinatura para o regime de partilha, estamos querendo antecipar recursos. O consórcio vencedor apresenta o seu bônus de assinatura, mas desconta da partilha. Em lugar de conceder 80% de partilha para a União, dá 75% e o bônus de assinatura. Está adiantando um recurso que viria quatro ou cinco anos depois", afirmou. O bônus de assinatura, pelas regras atuais, representa o valor que uma empresa ou consórcio paga pelo direito de explorar um campo. Na proposta do governo para o marco do pré-sal, o bônus será cobrado, mas não terá peso na licitação. (30.09.2009 – Valor Econômico)

Departamento de Gás Natural do MME tem nova diretora

O MME tem nova diretora do Departamento de Gás Natural da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis. O cargo será exercido por Symone Christine de Santana Araújo, que ocupava a vice-diretoria do departamento. A executiva vai substituir Marco Antônio Martins Almeida, que é o novo secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do MME. A nomeação foi publicada no Diário Oficial da União no dia 17 de setembro. (CanalEnergia – 18.09.2009)

Petrobras fará gasoduto entre Tupi e o continente

A Petrobras vai construir um gasoduto ligando o campo de Tupi, no pré-sal, ao campo de Mexilhão (Bacia de Santos) que, por sua vez, estará conectado ao continente por outro gasoduto e daí à rede instalada no país. A obra faz parte da estratégia para dar um destino comercial ao gás que será produzido junto com a extração de petróleo em alto mar. (23.09.2009 – Folha de S. Paulo)

Autossuficiência em dois anos

Em dois anos, o Brasil será autossuficiente em gás natural. A afirmação é do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. Hoje, o Brasil importa 30 milhões de m³ de gás da Bolívia, para um consumo interno de 44,8 milhões de m³, segundo dados do ministério. Ter produção de gás suficiente para atender à demanda do mercado brasileiro evitará problemas de fornecimento, a exemplo da termelétrica de Cuiabá, que está parada há dois anos por causa de dificuldades de negociação com a Bolívia. O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, informou que está em desenvolvimento um programa pioneiro para liquefação de gás em alto mar. (24.09.2009 – Jornal do Commercio)

Empresas investem para diversificar uso de GLP

Com a previsão de ter uma oferta que supere os 17 milhões de t/ano até 2030, o setor de gás liquefeito de petróleo (GLP) enfrenta o desafio de vencer as desconfianças da população brasileira e do poder público e se tornar uma opção competitiva para o País. O mercado de GLP movimenta R$ 19 bilhões/ano e tem se mostrado fundamental para aplicações no agronegócio, na siderurgia e no setor de cerâmica. Atualmente, as importações representam 6% do consumo e a expectativa é a de que o País se torne autossuficiente ainda em 2009. O consumo de GLP no Brasil é de 6,4 milhões de t/ano. No primeiro semestre, o setor fechou com queda de 2,5% do consumo, em decorrência de crise que acabou afetando as vendas industriais. Além do pouco conhecimento sobre as possibilidades de uso do GLP, as empresas ainda enfrentam alguns entraves regulatórios. É esperada, ainda para esse ano, uma nova definição da ANP sobre o decreto que impede o uso do GLP em alguns

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

segmentos, como de caldeiras, saunas e motores à explosão, exceto empilhadeiras. O texto foi assinado em 1990 e deveria valer por apenas seis meses. A ANP já está analisando a retirada dessa restrição e, em breve, o assunto deverá ir para debate com a sociedade. Caso esses usos sejam liberados, a previsão é de que haja um aumento nos dois anos seguintes de até 180 mil t/ano. Outro assunto que preocupa é a clandestinidade. (08.10.2009 – Jornal do Commercio)

Infraestrutura Logística

Emenda à MP 462 torna Valec sócia da CSN na Transnordestina

Sem alarde, o governo aprovou no Congresso emenda que ajudará a CSN na construção da ferrovia Transnordestina. Inserida na MP 462 pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), a proposta transforma a estatal Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. em sócia minoritária do capital de empresas que construirão e operarão a Transnordestina. A empresa Transnordestina Logística, pertencente ao grupo CSN, é a responsável pela obra. O governo não definiu a cota de participação que a Valec poderá ter nessas empresas - apenas determinou que a estatal, vinculada ao Ministério dos Transportes, deve ser sócia minoritária. A definição será feita pelos acionistas, em assembleia. A CSN não quis se pronunciar sobre a indicação da Valec para entrar no projeto da Transnordestina. Marcos Barreto, assessor da siderúrgica, negou que haja atraso nas obras da ferrovia. A CSN trabalha com data de 2011 para entregar a obra. O BNDES, que acompanha a obra dentro de um comitê criado pelos investidores para fiscalizá-la, informou que o empreendimento está em andamento e pode ser acelerado porque recentemente foi possível garantir as fontes de financiamento. O total do investimento é de R$ 5,4 bilhões. O orçamento inicial previa R$ 4,5 bilhões. (24.09.2009 – Valor Econômico)

Investimento público reativa indústria de transporte ferroviário

Investimentos públicos em transporte ferroviário de passageiros estão reativando a indústria nacional de trens e equipamentos para o segmento, adormecida há mais de 20 anos no Brasil. De uma produção exclusivamente exportadora de 2003 a 2006, o setor ferroviário de passageiros está crescendo e tem hoje 15% de fabricação voltada ao mercado interno. A perspectiva do lançamento do TAV e de projetos de metrô e VLT em capitais que se preparam para receber os jogos da Copa do Mundo de 2014 está criando um ambiente propício para o desenvolvimento de linhas de produção no país. São ao menos R$ 74,4 bilhões a serem investidos pelos governos federal e estaduais até 2014 em empreendimentos no setor. De 2005 a 2008, a produção nacional de trens de passageiro cresceu 147%, enquanto a participação das exportações caiu de 100% para 89% no mesmo período, o que mostra um ganho de espaço do mercado interno. No primeiro semestre deste ano, a produção repetiu o ritmo do ano passado e as exportações continuaram com redução em sua representatividade, passando para 84% do total. (30.09.2009 – Valor Econômico)

Ipea prevê colapso se obras do PAC não forem agilizadas

Em estudo, o Ipea prevê um colapso no sistema portuário brasileiro caso o PAC não seja agilizado. "As obras estão com o andamento muito atrasado. Nós concluímos que, se a economia brasileira retomar o ritmo e crescer 5% ao ano, como se pensa, podemos ter dificuldades no escoamento de cargas em poucos anos", explicou o coordenador da pesquisa, Carlos Alvares da Silva Campos Neto. Em números absolutos, foram mapeadas 265 obras necessárias em todo o País, das quais 51 estão previstas no PAC. O Programa pode resolver 23% (R$ 9,85 bilhões) dos gargalos identificados pelos pesquisadores. Os dados do estudo referentes à infraestrutura portuária mostram que, do total de obras, 25 sequer chegaram à fase licitatória. Estas representam 61% do total de investimentos. (29.09.2009 – A Tribuna de Santos)

Dragagem vai mudar perfil de Santos

A dragagem de aprofundamento e alargamento do acesso aquaviário do porto de Santos, prevista para começar no final de outubro, e ser concluída em novembro de 2010, vai mudar a logística do tráfego marítimo

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

brasileiro, ao permitir que navios de até 9 mil TEUs entrem no estuário e operem em seus terminais. Hoje o limite de contêineres por navio é de 4,5 mil TEUs. O impacto no porto não será pequeno: terá capacidade operacional aumentada em 30%, ante as 110 milhões de t atuais. O projeto vai elevar a profundidade dos atuais 13 m para 15 m, enquanto a calha da navegação será elevada de 150 m para 220 m nos pontos mais estreitos. O contrato assinado com o Draga Brasil, no valor de R$ 199,5 milhões, está em parte (R$ 128 milhões) no Programa Nacional de Dragagem, com verba do PAC. Prevê a remoção de 13,62 milhões de m³ de resíduos para o aprofundamento. Outros 7,65 milhões de m³ serão retirados na dragagem de manutenção, durante três anos, ao custo de R$ 71,5 milhões a serem desembolsados pela Codesp, administradora do porto. (01.10.2009 – Valor Econômico)

Portos esquecem crise e já falam em crescimento

Alguns dos principais portos brasileiros estão revendo suas projeções e já falam em terminar o ano com crescimento, depois de seguidos meses de balanços negativos. Em Santos, Suape e Rio Grande a recuperação puxada pelos granéis já aparece nos números fechados de agosto e nas previsões para setembro e para o quarto trimestre. O porto de Paranaguá tem registrado crescimento expressivo no embarque de veículos e de commodities agrícolas. A exceção é a movimentação de contêineres. Santos experimenta uma reviravolta no seu desempenho operacional, depois de uma previsão negativa para 2009 feita em dezembro pela Codesp. O acumulado de cargas movimentadas de janeiro a agosto soma 53,5 milhões de t, alta de 1,6% sobre o mesmo período do ano passado. No total de 2008, Santos chegou a 81 milhões de t, 1% sobre 2007. No início do ano, a expectativa era fechar 2009 com 77,8 milhões de t, queda de 1,6% sobre o ano passado. Agora a Codesp fala em atingir 81,3 milhões de t, alta de 0,2% sobre 2008. Em Rio Grande, depois de três meses consecutivos de queda, o movimento no porto gaúcho recuperou-se a partir de abril e até agosto já acumula alta de 13,9% no segmento de granéis agrícolas em comparação com o mesmo período do ano passado, para 8,3 milhões de t, considerando embarques e desembarques. Nos contêineres, a alta foi de 10,6%, para 414,7 mil TEUs, informou a superintendência do porto. No Nordeste, o porto de Suape registrou em agosto crescimento de 32,4%, ante julho, no volume de cargas movimentadas. Diante desse desempenho, a direção do porto reverteu suas projeções para o ano, que eram de queda, e passaram para um crescimento entre 5% e 10% nos volumes. (02.10.2009 – Valor Econômico)

Concessionárias de rodovias brigam por pedágio maior

Dois anos depois de provocarem euforia no mercado, ao ganharem a concessão de sete lotes de rodovias federais com deságios que atingiram 65%, as concessionárias recorrem ao governo para recompor seu caixa. Na prática, isso significaria reajustar o preço das tarifas de pedágio ou prorrogar os cronogramas de investimentos, previstos para ampliar e modernizar as estradas. Os pedidos, chamados de reequilíbrio econômico-financeiro, foram entregues à ANTT pelas empresas OHL, Acciona e BR-Vias. Em 2007, elas venceram com folga a disputa pelas Rodovias Fernão Dias (BR-381), Regis Bittencourt (BR-116), Transbrasiliana (BR-153), BR-101 (ES/RJ), BR-393 (divisa de MG/RJ até a Dutra) e um trecho entre Curitiba e Florianópolis. Com lances ousados, as empresas deixaram para trás concorrentes de peso, como Ecorodovias e CCR. As propostas feitas pelos grupos representaram tarifas baixíssimas de pedágios, que variavam de R$ 0,997 a R$ 3,865, fato que foi amplamente comemorado pelo governo. Agora, no entanto, as concessionárias argumentam que foram atrapalhadas pela burocracia do Estado para iniciar as atividades de cobrança de pedágio, o que teria causado prejuízo de milhões. Segundo o diretor-geral da ANTT, Bernardo Figueiredo, nos pedidos de reequilíbrio, elas argumentam que a construção das praças de pedágio foram prejudicadas por demora na obtenção de licenças ambientais e desapropriação de terrenos. (24.09.2009 – O Estado de S. Paulo)

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

Outras notícias

País fica em 45º em ranking de banda larga

A conexão de banda larga brasileira está abaixo das necessidades da internet atual, de acordo com estudo das universidades de Oxford e Oviedo e da Cisco. O Brasil aparece na 45ª posição do ranking, que avalia as redes de 66 países, à frente de seus pares latino-americanos México (56º) e Argentina (47ª), mas atrás dos Brics, Rússia (18ª) e China (43ª). A lista é encabeçada pela Coreia do Sul, que em um ano registrou um crescimento de 72% na velocidade média de sua conexão. O levantamento constatou que, em 62 dos 66 países analisados, a qualidade da conexão melhorou entre 2008 e 2009 e que a velocidade média de transferência de dados no mundo aumentou 49% em um ano, atingindo 4.75 Mbps (a maior parte das conexões residenciais no Brasil está na faixa de 512 Kbps a 2 Mbps). Para compor o ranking, o estudo divide os países analisados em grupos. O Brasil ocupou a 46ª posição em 2008. (02.10.2009 – Folha de S. Paulo)

Estatal de banda larga pode receber R$ 3 bilhões

O governo prevê gastar R$ 3 bilhões em seu projeto de banda larga pública. Esse é o valor calculado pelo secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Rogério Santanna, para o caso de o governo ter que construir toda a infraestrutura para levar acesso a escolas rurais, postos de saúde e delegacias de polícia. A proposta do plano de banda larga deve ser entregue ao presidente Lula até 10 de novembro. Santanna já havia antecipado que a previsão era de gastos de R$ 1,1 bilhão apenas para montar a infraestrutura principal usando as redes da Petrobras, Eletrobrás e Eletronet (empresa falida que tem a Eletrobrás como acionista). Faltaria então ligar essas redes aos 135 mil pontos prioritários do programa de inclusão digital. Ele disse que a decisão de usar a Telebrás no projeto ainda não foi tomada, mas acrescentou que, na sua opinião, a empresa reúne as condições para assumir a gerência dessa infraestrutura porque é uma empresa que já está pronta e que tem ações na bolsa. Apesar de Santanna ser contra a participação das grandes operadoras no projeto, cresce no governo o apoio à inclusão delas. O argumento para não deixar as teles de fora se baseia no fato de as redes das empresas serem quase dez vezes maiores que a estrutura que o governo quer montar a partir da Petrobras, Eletrobrás e Eletronet. As empresas privadas têm 200 mil km de cabos de fibra óptica e a Eletronet tem 16 mil km, com as demais redes estatais, a extensão chegaria a aproximadamente 30 mil km. (06.10.2009 – O Estado de S. Paulo)

Telefônica oferece R$ 6,5 bilhões por GVT

A Telefônica anunciou uma proposta de compra de 100% das ações da operadora de telecomunicações brasileira GVT. A empresa oferece R$ 48,00 por papel da operadora, em dinheiro, o que equivale a um total de R$ 6,5 bilhões. A proposta é 14,3% maior do que o valor anunciado no começo de setembro pela francesa Vivendi, que não opera telecomunicações no Brasil. O anúncio pode fazer com que a Vivendi, ou até alguma outra empresa, apresente um novo lance. A compra da GVT marcaria a entrada da Telefônica no mercado residencial de telefonia fixa e banda larga fora do Estado de São Paulo, concorrendo diretamente com a Oi, que comprou a Brasil Telecom em 2008. Com a aquisição da GVT, o mercado brasileiro de telefonia fixa ficaria dividido entre três grandes grupos: Oi, Telefônica e Embratel/Net. Em junho, a GVT tinha 1,2 milhão de clientes de telefonia fixa e 541 mil de banda larga. (08.10.2009 – O Estado de S. Paulo)

TCU sugere paralisação de 41 obras e denuncia pressões

O TCU recomendou ao Congresso Nacional a paralisação de 41 obras. Treze delas fazem parte do PAC e representam investimentos de R$ 7,38 bilhões. Na lista de obras que devem ser paralisadas há desde refinarias, como a Abreu Lima, em Recife, e a Presidente Getúlio Vargas, no Paraná, até aeroportos, como Guarulhos e Vitória, além de várias ampliações de rodovias federais. As recomendações fazem parte do relatório de obras do TCU chamado Fiscobras, no qual foram investigados 219 empreendimentos. Os principais problemas encontrados são: sobrepreço, superfaturamento, licitação irregular, falta de projeto executivo, problemas ambientais e

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

alteração indevida do projeto. O relatório será enviado ao Congresso e, só após a análise do Legislativo, é que as obras serão suspensas ou não. Durante a votação do relatório, os ministros do TCU foram unânimes ao criticar as pressões políticas do governo e das empresas estatais contra as fiscalizações realizadas pelo tribunal. Ao identificar indícios de irregularidades em obras, o TCU faz uma diferenciação entre aquelas em que pode recomendar a continuidade ou outras em que é necessária a paralisação. Há casos em que o tribunal recomenda a retenção dos valores das obras. Segundo o relator do Fiscobras, o ministro do TCU Aroldo Cedraz, a indicação de paralisação só foi realizada em 0,5% do PAC. Isso equivale a 13 obras de um total de 2.446. Porém, o tribunal não fiscalizou todo o programa. Apenas 99 obras foram averiguadas (3,9% do PAC). (30.09.2009 – Valor Econômico)

Olimpíada no Rio pode gerar US$ 51 bilhões de investimentos

Cada dólar investido nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro pode gerar outros US$ 4,26 para a economia brasileira como um todo. Como são previstos investimentos de US$ 14,4 bilhões, a aprovação da candidatura Rio 2016 pode transformar a quantia em US$ 51,1 bilhões para o país. Os números são parte de um estudo feito pela Fundação Instituto de Administração (FIA) da USP, sob encomenda do Ministério do Esporte. Exageros à parte, especialistas concordam que a vinda dos Jogos Olímpicos para o Rio de Janeiro terá um efeito multiplicador não só para a cidade como para todo o Brasil. O estudo diz que para o PIB, o impacto até 2027 será de US$ 24,5 bilhões, dos quais US$ 11 bilhões entre 2009 e 2016. Thiago Sucro, professor de MBA em Gestão e Marketing Esportivo da Trevisan Escola de Negócios, explica que o legado econômico depende muito da importância da cidade-sede para o país e também da quantidade de investimentos feitos. Segundo ele, Atenas, por exemplo, tem 40% do PIB da Grécia. O Rio de Janeiro tem hoje 13%, mas com o petróleo do pré-sal deve crescer para 20%. Além disso, para o professor, o fato de o Brasil ter mais carências torna o evento mais importante. No entanto, segundo Sucre, os números apresentados pelo governo são um pouco exagerados. Ele explica que a previsão de Londres é que o multiplicador no PIB seja de 1,4. No Brasil, o governo vê 1,7. Para o professor de Macroeconomia e Finanças do Instituto Insper, José Luis Rossi, o estudo da FIA é muito exagerado, principalmente quando diz que praticamente todo o investimento do governo (97%) retornará em arrecadação. Segundo ele, nos Estados Unidos normalmente o multiplicador de eventos é de um para um e o efeito de mais curto prazo. O professor do Insper lembra que no projeto do governo estão incluídas obras que não são especificamente para a Olimpíada, como o Arco Metropolitano, obras do PAC nas favelas do Rio e a expansão do metrô. (01.10.2009 – Valor Econômico)

Documento elaborado com dados disponíveis até 08 de outubro de 2009.

Produto da Unidade de Competitividade Industrial (COMPI)
Gerente-executivo da COMPI: Augusto Jucá
Gerente de Infraestrutura: Wagner Cardoso
Equipe: Alexandre Barra, Carlos Senna, Ilana Ferreira, Luciana Nunes e Mariana Castellani
Coordenação: Luciana Nunes
e-mail: infra@cni.org.br

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.